

# Orcamento e prática democrática

18 OUT 1985

Até agora, o Congresso costumava aprovar, quase sem discussão, o orçamento federal, peça que continha apenas uma ínfima parcela dos gastos reais; por sua complexidade, escondia as verdades e, como todos sabiam, nada tinha que ver com a execução financeira do exercício correspondente, uma vez que subestimava calculadamente as receitas para que, mais tarde, o governo pudesse dispor de recursos maiores e gastasse mais do que o permitido.

Eis que um senador da República, o ex-ministro Roberto Campos, aparece numa sessão e declara: "A proposta orçamentária não é uma peça séria. Trata-se de um 'escândalo fantasiado de estatísticas'. O Congresso deve rejeitar a proposta e solicitar ao Executivo que a reformule sem incompatibilidades absurdas. Pois é enganar o povo transmitir-lhe a esperança de que um déficit previsto de 211 trilhões de cruzeiros, superposto a uma expansão monetária anualizada de 280%, neste ano, seja compatível com uma previsão onírica de inflação de 140% no ano vindouro. O Congresso não deve aprovar nenhum aumento de impostos

que não seja precedido de um programa de corte de gastos e uma política concreta de desestatização".

Como se vê, a proposta do senador Roberto Campos é firme e drástica, pois pleiteia a elaboração de um novo orçamento, mais realista. Não se opõe ao aumento dos impostos, mas o condiciona à demonstração, pelo governo, de que fez todos os cortes possíveis em suas despesas.

Considerando-se a versão preliminar do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, nota-se que o próprio governo, paradoxalmente, está propondo várias medidas que o ex-ministro do Planejamento Roberto Campos também propõe. Se tais medidas fossem, porém, executadas, o regime democrático, no País, seria consolidado.

O PND fixa, como objetivo, "aumentar o grau de universalidade e unicidade do Orçamento da União, incorporando ao Projeto de Lei Orçamentária estimativas realistas de recursos, para fazer frente a todos os gastos do governo federal, incluindo os subsídios à agricultura, ao abastecimento, às exportações e os encar-

gos da dívida interna federal". Fala também em "instituir critérios mais realistas para estimar a receita e fixar a despesa orçamentária, incorporando os conceitos de orçamento, de manutenção e de ampliação". Não há dúvida de que, se estes princípios tivessem sido observados na elaboração do orçamento de 1986 (que está incluído no PND da Nova República), o senador Roberto Campos não teria apresentado suas críticas; ou, pelo menos, teria discutido valores, não previsões "oníricas".

O PND, em sua versão preliminar, pretende "tornar o Orçamento da União um documento de fácil entendimento pela sociedade e que evide as prioridades do governo". Tal sugestão nos parece bem plenamente justificada e devemos lembrar, a propósito, que, em numerosos países, o governo divulga anualmente um documento, destinado ao público, que explica, com gráficos, o orçamento, mostrando seu impacto na vida econômica e social do país. O PND vai além na sua sugestão, pois fala em "introduzir a avaliação econômica dos novos projetos, ao lado da avaliação social, com o intuito de

se quantificar o impacto adicional de gastos nos orçamentos futuros". Chega a recomendar "estudos criteriosos de avaliação periódica de cada programa e entidade".

Como se percebe, se os princípios sugeridos no I PND da Nova República tivessem sido observados na elaboração do orçamento de 1986 não haveria justificativa para as críticas do senador Roberto Campos, que só poderia questionar tal ou qual afirmação determinada.

A verdade, porém, é que o governo está preparando um golpe contra a Nação. Com efeito, ao lado do orçamento, cuja aprovação está pedindo ao Congresso, está preparando um pacote tributário que tornará mais realista o orçamento, mas que só será discutido após as eleições de 15 de novembro.

A discussão orçamentária poderia certamente ser o momento culminante da vida democrática e as sugestões contidas no PND pesavam nesse sentido. Entre o discurso e a ação, porém, existe um abismo. E os que denunciam essa farsa só merecem aplausos.